

Polícia ameaça paralisar hoje serviços essenciais

Funcionários do IML, Criminalística e Identificação decidem hoje de manhã se entram na greve decretada terça-feira

Se a paralisação for aprovada, o trabalho de necropsia, remoção e liberação de corpos será afetado

MÁRCIA DELGADO

Apartir de hoje, o Instituto de Medicina Legal (IML) poderá deixar de fazer necropsia, a remoção e liberação

de cadáveres. É que os servidores da Polícia Civil decidem hoje, às 8h, em assembléia, se aderem ou não à greve dos poli-

ciais, que já dura quatro dias. "Está praticamente certa a paralisação", avisou o presidente da Assaspc (Associação dos Servidores da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Civil), Lúcio de Oliveira.

A assembléia será em frente ao IML. Caso a proposta de greve do Associação seja aprovada, os Institutos de Criminalística e de Identificação da Polícia Civil também terão os serviços prejudicados. Com isso, a emissão de Carteira de Identidade e as perícias cadavéricas ou de local deixarão de ser feitas. As viaturas da polícia

que quebrarem na rua não serão consertadas e os motoristas do IML não farão o recolhimento dos corpos.

Ao todo, são 660 servidores de apoio da Secretaria de Segurança e da Polícia Civil. A Assaspc garante que, em caso de greve, a entidade vai manter os 30% de funcionários trabalhando, como exige a lei. Mesmo assim, ele lembra que o serviços prestados por esses servidores ficarão bastante prejudicados. No IML, por exemplo existem quatro plantonistas para realizar a necrópsia. Caso eles cruzem os braços, apenas

um plantonista ficará responsável por todo o serviço.

"Será impraticável este funcionário cortar e costurar vários corpos ao mesmo tempo", assinalou Lúcio. O presidente da Assaspc garante que, mesmo a população ficando prejudicada, é a hora de os servidores da Polícia Civil paralisarem. A principal reivindicação da categoria é a regulamentação da lei 1.370/97, que efetiva a Carreira de Apoio da área de segurança. Lúcio imagina que, caso fosse regulamentada a Lei, os 600 policiais que estão hoje desempenhando esta função de apoio

iriam para as ruas, combater a criminalidade.

Outro ponto reivindicado é o desconto de 6% e não 12% de INSS. O coordenador das negociações sindicais do GDF, secretário adjunto de Administração, Márcio Baiocchi, garante que o pagamento de 6% só será feito pelo Governo aos servidores que tiveram ganho de causa na Justiça. Os servidores da Polícia Civil votam hoje a greve e esperam ingressar no movimento de hoje até terça-feira, quando os policiais civis realizam a assembléia para definir se voltam ao trabalho.